

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIÊNIO 2017/2019



COMPOSIÇÃO EJUG 2017/2019

DIRETOR

Desembargador Zacarias Neves Coêlho

VICE-DIRETOR

Dr. Reinaldo Alves Ferreira

SECRETÁRIA-GERAL

Manuela de Castro Feteira do Vale Gross

SETOR DE DIAGNÓSTICO

Jorge Eremita Teixeira da Silva

SETOR DE GERENCIAMENTO DE ENSINO PRESENCIAL

Ana Paula Vilela Leite

SETOR DE GERENCIAMENTO DE ENSINO A DISTÂNCIA

Claudivina Batista Rosa

CONSELHO GESTOR

PRESIDENTE

Dr. Cláudio Henrique Araújo de Castro

SECRETÁRIA

Marcione Faria da Silva

CONSELHEIROS

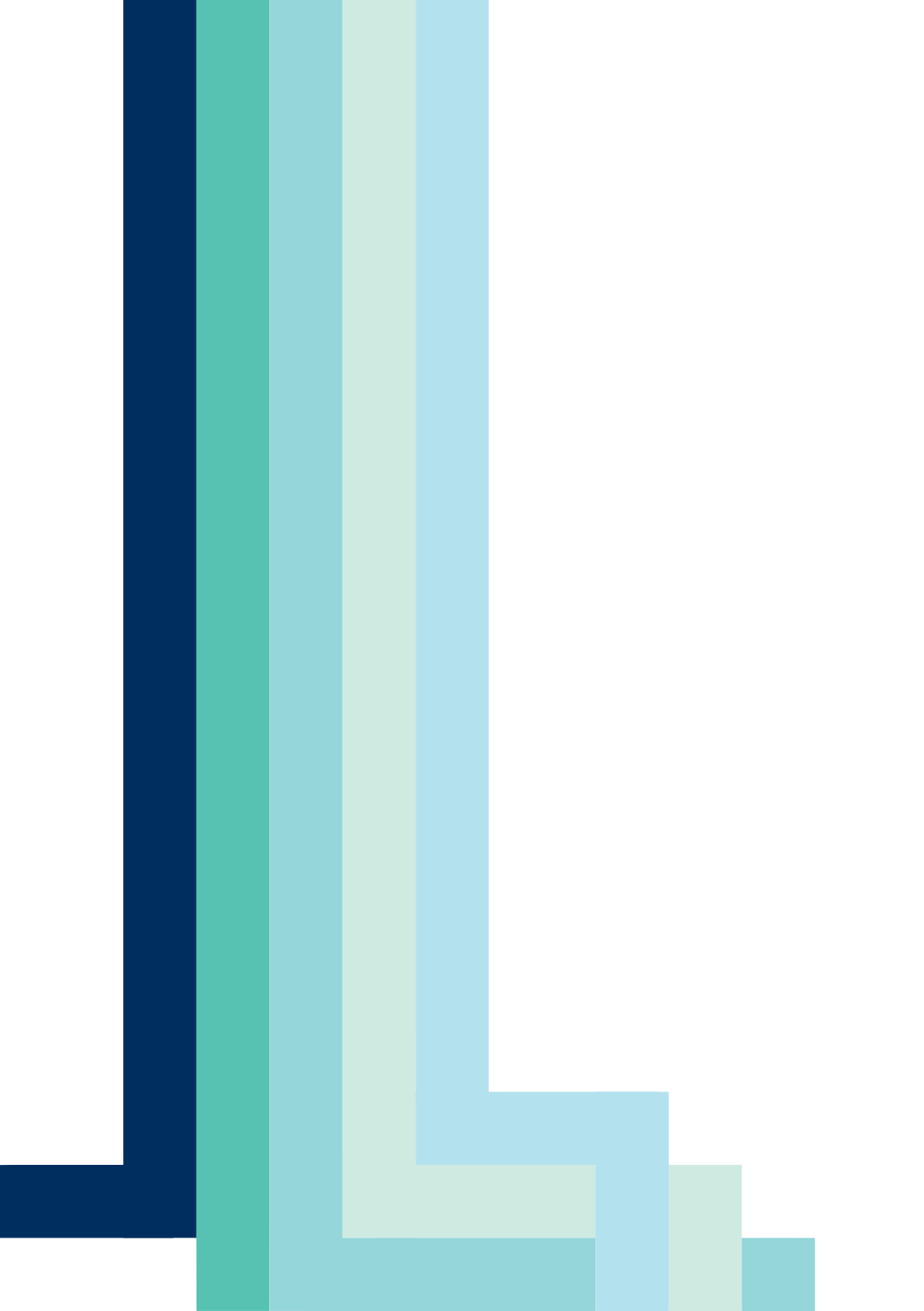
Dr. Jeronymo Pedro Villas Boas

Dra. Suelenita Soares Correia

Jaquelline Martins e Silva

João Moura Filho

Wendel de Paula Silva



SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	9
I - Programa de Introdução Funcional	11
Meta 1	11
Meta 2	11
Meta 3	12
II - Programa de Formação de Instrutores Internos	13
Meta 4	13
III - Programa de Desenvolvimento de Líderes	14
Meta 5	14
IV - Programa de Atualização Jurídica	14
Meta 6	14
V - Programa de Aperfeiçoamento Administrativo	15
Meta 7	15
VI - Programa de Formação de Sistemas Eletrônicos	16
Meta 8	16
Meta 9	17
VII - Programa de Educação Socioambiental	17
Meta 10	17
VIII - Programa de Bolsas de Estudos e Convênios com Instituições de Ensino	18
Meta 11	18
Expediente	19

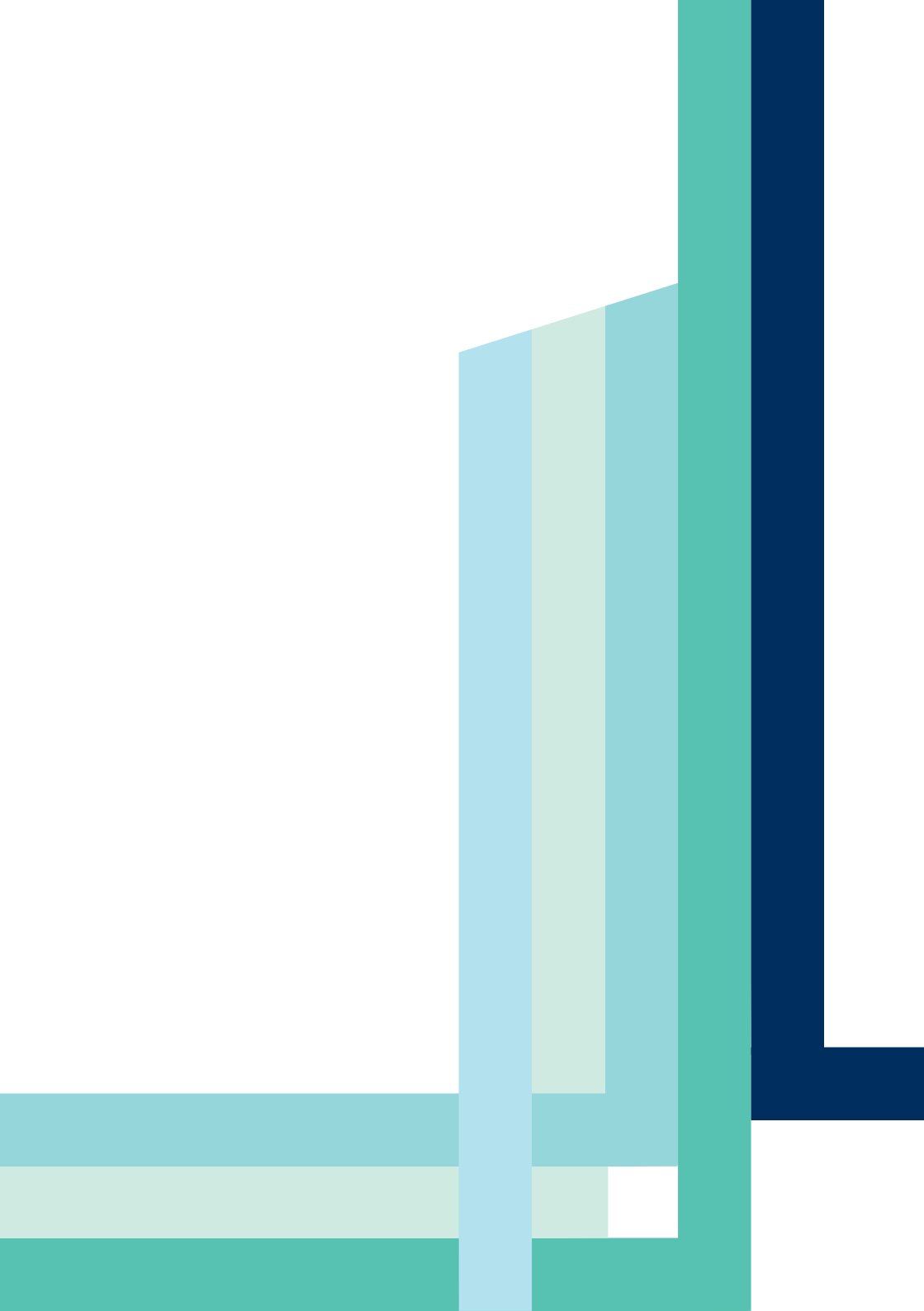


APRESENTAÇÃO

A Escola Judicial de Goiás foi instituída pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio da Resolução nº 40, de 16 de setembro de 2015, com a finalidade de promover o aprimoramento das competências de magistrados e servidores em prol da melhoria na prestação jurisdicional, nos termos do art. 1º da supramencionada Resolução, abaixo transcrito:

Art. 1º - Criar a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – EJUG, órgão auxiliar do Poder Judiciário do Estado de Goiás, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, com o objetivo da implementação de cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário Estadual, além de cursos de pós-graduação abertos a operadores de Direito, dentre outros cursos, simpósios e palestras, observando-se a orientação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, a teor do que dispõe art. 93, incisos II, letra “c” da CF88 e orientação do CNJ.

Assim, cumprindo a missão institucional que lhe foi reservada, a EJUG elaborou o Plano de Capacitação para o Biênio 2017/2019 com foco nas principais necessidades de capacitação de magistrados e servidores, de forma a tornar a prestação jurisdicional mais célere, eficiente e comprometida com os valores culturais, sociais e ambientais preconizados pelo Plano Estratégico do TJGO, consoante diretrizes da Constituição da República Federativa do Brasil e do Conselho Nacional de Justiça.



INTRODUÇÃO

Com a finalidade de gerar um diagnóstico das principais necessidades de capacitação do Poder Judiciário do Estado de Goiás, foi elaborado pelo Setor de Diagnóstico da Escola – SEDIS, em parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica do Tribunal – SGE, em abril deste ano, o Ofício Circular 01/2017/EJUG, encaminhado aos Diretores do Foro, e o Ofício Circular 02/2017/EJUG, remetido à Diretoria-Geral e às Diretorias de Área, solicitando-lhes informações sobre as demandas de suas equipes, identificando os níveis de prioridade.

Além dos dados colhidos por meio das respostas aos ofícios circulares supramencionados, o SEDIS levou em consideração as solicitações frequentes apresentadas por magistrados e servidores à Escola no primeiro semestre desta gestão e as informações prestadas pela gestão anterior, de forma a elaborar, com a Coordenação Pedagógica da Escola, o Plano de Capacitação para o biênio 2017/2019.

Desse modo, a EJUG, sob direção do Des. Zacarias Neves Coêlho, estabeleceu para este Plano de Capacitação onze metas distribuídas em oito programas educacionais com suas respectivas ações, visando ao desenvolvimento de magistrados e servidores com vista ao aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.



I. PROGRAMA DE INTRODUÇÃO FUNCIONAL:

META 1: Concluir o Curso de Vitaliciamento dos Juizes Substitutos até maio de 2018.

Descrição: Em outubro de 2016, foram empossados 52 (cinquenta e dois) juizes aprovados no 56º Concurso para Juiz Substituto do Estado de Goiás, os quais iniciaram, nesse mesmo ano, o Curso de Formação Inicial para Magistrados. O projeto do curso foi elaborado pela EJUG em conformidade com a Resolução nº 2/2016 da Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam), e credenciado pela Portaria 187/2016, também da Enfam. Em abril de 2017, foi encerrada a etapa de Formação Inicial, iniciando-se no 2º semestre as disciplinas que compoem às 120 horas-aula exigidas pela Enfam para fins de vitaliciamento, sob coordenação do magistrado Dr. Denival Francisco da Silva.

Indicador: Realização de 120 horas-aula para conclusão do Curso de Vitaliciamento.

Ações:

1. Planejamento e realização de 120 horas-aula exigidas pela Enfam para fins de vitaliciamento.

META 2: Oferecer o curso de Introdução Funcional para 100% dos servidores empossados nos anos de 2016 e 2017 que ainda não o receberam.

Descrição: O Tribunal de Justiça de Goiás recebe seus novos servidores oferecendo-lhes um curso introdutório que objetiva apresentar informações relativas à estrutura e ao funcionamento

do Poder Judiciário e, também, alinhar as necessidades e as expectativas profissionais e pessoais dos servidores aos interesses organizacionais. Nos anos de 2016 e 2017, foram empossados mais de 200 servidores que ainda não receberam essa formação. A EJUG tem como meta realizar o curso introdutório para esses servidores, de modo a conscientizá-los do funcionamento do Poder Judiciário do Estado e seus valores, bem como torná-los aptos ao exercício de suas funções de forma mais eficiente e célere.

Indicador: Quantidade de servidores capacitados nos anos em referência

Ações:

1. Reestruturação do Curso de Introdução Funcional.
2. Realização do Curso de Introdução Funcional a todos os servidores empossados nos anos de 2016 e 2017 que ainda não o receberam.

META 3: Habilitar 100% da equipe de psicólogos do Poder Judiciário do Estado de Goiás para aplicação de testes psicológicos.

Descrição: O Tribunal de Justiça de Goiás, em setembro de 2016, disponibilizou à Equipe Interprofissional material para realização de treze testes psicológicos que auxiliam o trabalho de magistrados nas áreas Criminal e de Família. Ocorre que é necessária a habilitação dos profissionais de psicologia para aplicação de oito desses testes. A EJUG, portanto, tem como meta capacitar todos os psicólogos nesses oito testes.

Indicador: Quantidade de psicólogos capacitados.

Ações:

1. Planejamento dos cursos com a Equipe Interdisciplinar lotada em Goiânia.

2. Capacitação no teste HTP.
3. Capacitação no teste Palográfico.
4. Capacitação no teste TAT.
5. Capacitação no teste CAT.
6. Capacitação no teste Perícia Psicológica Forense.
7. Capacitação no teste Pirâmides Coloridas de Pfister.
8. Capacitação no teste Método Rorschach no Sistema Compreensivo.
9. Capacitação no Teste de Zulliger.

II. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES INTERNOS:

META 4: Selecionar 30 novos tutores e capacitar 100% dos servidores que comporão o banco de tutores da EJUG.

Descrição: A Escola Judicial possui um banco de tutores credenciados para atuação nos cursos de educação à distância. Para melhor prática do ensino a distância, é necessária a atualização destes tutores nos métodos pedagógicos aplicados a esta modalidade de ensino e na plataforma *moodle*. Além disso, é necessária a seleção de novos magistrados e servidores interessados em atuar na tutoria.

Indicador 1: Quantidade de tutores selecionados.

Indicador 2: Quantidade de servidores do banco de tutores capacitados.

Ações:

1. Elaboração de Edital para seleção de novos tutores.
2. Planejamento e realização do curso de capacitação dos tutores já inscritos e dos novos que virão a ser selecionados.

III. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES:

META 5: Capacitar 50% dos gestores do Poder Judiciário no programa de desenvolvimento de líderes.

Descrição: A mudança da cultura de trabalho no setor público acompanha o desenvolvimento de líderes mais conscientes do seu estilo de gestão e da sua influência no desempenho da equipe. O Programa de Desenvolvimento de Líderes tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do corpo diretivo do Tribunal e dos Diretores de Foro por meio de reflexões e vivências no exercício da liderança.

Indicador: Quantidade de gestores capacitados.

Ações:

1. Levantamento das empresas especializadas e contratação da empresa melhor qualificada.
2. Realização do curso de Formação de Liderança e *Coaching* para gestores de áreas administrativas.
3. Realização de curso em Gestão Judiciária e Liderança aos Diretores de Foro.
4. Realização de *Workshop* de Liderança para gestores do Poder Judiciário Goiano.

IV. PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA

META 6: Realizar, no mínimo, 600 horas de capacitação na área jurídica, durante o biênio 2017/2019.

Descrição: As inovações do ordenamento jurídico, as da dogmática e as da jurisprudência criam a necessidade de os magistrados e servidores da área fim estarem constantemente se atualizando. A EJUG tem como meta fornecer pelo menos 600 horas de atualização jurídica para magistrados e servidores da área fim, focando nas matérias mais demandadas nas respostas ao Ofício Circular 01/2017/EJUG, mas não se limitando a elas.

Indicador: Quantidade de horas de capacitação realizadas.

Ações:

1. Realização de cursos, entre outros eventos, de atualização no Novo CPC.
2. Realização de cursos, entre outros eventos, de capacitação em métodos alternativos de resolução de conflitos.
3. Realização de curso sobre Redação Oficial.

V. PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO ADMINISTRATIVO

META 7: Realizar, no mínimo, 600 horas de capacitação no Programa de Aperfeiçoamento Administrativo.

Descrição: O Programa de Aperfeiçoamento Administrativo tem por finalidade aprimorar o trabalho da área meio, gerando uma gestão pública de qualidade, com maior eficiência e eficácia, de forma a impactar positivamente na prestação jurisdicional.

Indicador: Quantidade de horas de capacitação realizadas.

Ações:

1. Realização de curso de atualização em Gestão Estratégica.
2. Realização de curso de atualização em Gestão de Processos.
3. Realização de curso de atualização em Gerenciamento de Projetos.
4. Realização de curso de atualização em Licitação, Contratos e Convênios.
5. Realização de Curso de Termo de Referência.
6. Realização de Curso de Gestão de Risco.
7. Realização de curso de atualização em Língua Portuguesa.

VI. PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM SISTEMAS ELETRÔNICOS:

META 8: Capacitar no Processo Judicial Digital 100% dos servidores que utilizam este sistema.

Descrição: O Poder Judiciário do Estado de Goiás encontra-se em fase de transição para a exclusiva utilização do Sistema de Processo Judicial Digital - PJD. A Escola Judicial, portanto, tem como meta tornar magistrados e servidores do Estado aptos para a utilização deste sistema.

Indicador : Quantidade de servidores capacitados no PJD.

Ações:

1. Realização de curso de Processo Judicial Digital – PJD.
 2. Realização de capacitação em Informática Básica, quando for identificada a necessidade.
 3. Realização de curso do programa Execpen Web, caso seja mantida a utilização desta ferramenta.
-

META 9: Capacitar, pelo menos, 40% dos servidores do Judiciário goiano para atuar no Processo Administrativo Digital - PROAD.

Descrição: Esta meta tem por finalidade tornar magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás aptos para a utilização do Sistema de Processo Administrativo Digital – PROAD, em consonância com o Decreto Judiciário nº 419/2017.

Indicador : Quantidade de servidores capacitados no PROAD.

Ações:

1. Realização de cursos de Proad.
2. Realização de capacitação em Informática Básica, quando for identificada a necessidade.

VII. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

META 10: Realizar, no mínimo, duas palestras sobre Educação Socioambiental no biênio 2017/2019.

Descrição: A EJUG possui como meta ações de Educação Socioambiental que possam impactar na relação dos magistrados e servidores com o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, gerem positivo impacto econômico no Poder Judiciário do Estado, por meio de práticas mais sustentáveis.

Ações:

1. Levantamento das comarcas em situação crítica de má utilização dos recursos.
2. Realização de palestras sobre o tema.

VIII. PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDOS E CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

META 11: Financiar, no mínimo, 150 bolsas de estudo para servidores efetivos durante o biênio.

Descrição: Uma das políticas de capacitação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, concretizada por meio da EJUG, é a concessão de bolsas de estudo de graduação e pós-graduação lato e *stricto sensu*. Tal política tem por finalidade tornar o servidor apto a exercer sua função com maior proficiência, contribuindo para uma melhor prestação jurisdicional.

Indicador: Quantidade de bolsas de estudos concedidas.

Ações:

1. Abertura de, pelo menos, mais dois editais ao longo da gestão, considerando que, no momento, há um edital em fase de conclusão.
2. Acompanhamento dos servidores já contemplados.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Escola Judicial do Estado de Goiás

ADMINISTRAÇÃO

Desembargador GILBERTO MARQUES FILHO

COORDENAÇÃO GERAL

Desembargador ZACARIAS NEVES COÊLHO

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Manuela de Castro Feteira do Vale Gross

APOIO

Secretaria de Gestão Estratégica do TJGO

TEXTOS

Escola Judicial do Estado de Goiás

DIAGRAMAÇÃO / PROJETO GRÁFICO

Hariel Carneiro Zoccoli

IMPRESSÃO

Serviço de Impressão Digital do TJGO



tribunal
de justiça
do estado de goiás



EJUG
ESCOLA JUDICIAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Ed. Palácio da Justiça Des. Clenon de Barros Loyola
Av. Assis Chateaubriand, nº195, CEP.74.280-900, Setor Oeste, Goiânia - GO
Fone: (62) 3216-2000